



DESTAQUES DE 4 A 8 DE NOVEMBRO

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

AMBIENTE

[Decreto-Lei n.º 155/2013. D.R. n.º 214, Série I de 2013-11-05](#)

Ministério da Economia

Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 82/2003](#), de 23 de Abril, transpondo parcialmente a Diretiva n.º [2013/21/UE](#) do Conselho, de 13 de maio de 2013, no que respeita à adaptação da Diretiva n.º [1999/45/CE](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de maio, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados membros respeitantes à classificação, embalagem e rotulagem de preparações perigosas

[Decreto-Lei n.º 156/2013. D.R. n.º 214, Série I de 2013-11-05](#)

Ministério da Educação e Ciência

Estabelece o quadro legal e regulador para a gestão responsável e segura do combustível irradiado e dos resíduos radioactivos e transpõe a Diretiva n.º [2011/70/EURATOM](#), do Conselho, de 19 de Julho de 2011, que estabelece um quadro comunitário para a gestão responsável e segura do combustível irradiado e dos resíduos radioactivos

ARBITRAGEM

[Despacho n.º 14460/2013. D.R. n.º 217, Série II de 2013-11-08](#)

Ministério da Justiça - Gabinete da Ministra

Autoriza a criação do Centro de Conciliação, Mediação de Conflitos e Arbitragem da Concórdia

DESPORTO

[Decreto-Lei n.º 153/2013, D.R. n.º 214, Série I de 2013-11-05](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 266-A/2012](#), de 31 de Dezembro, modificando o funcionamento e a composição do Plenário e da Comissão Permanente do Conselho Nacional do Desporto

[Aviso n.º 104/2013, D.R. n.º 217, Série I de 2013-11-08](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte emitiu uma declaração à Convenção Internacional contra a Dopagem no Desporto, adoptada em Paris, na 33.ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em 19 de Outubro de 2005

EDUCAÇÃO

[Decreto-Lei n.º 152/2013, D.R. n.º 213, Série I de 2013-11-04](#)

Ministério da Educação e Ciência

Aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior

[Despacho n.º 14293-A/2013, D.R. n.º 214, Suplemento, Série II de 2013-11-05](#)

Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Ministro

Define o calendário de realização da prova de conhecimentos e capacidades, as condições de aprovação e os valores a pagar pela inscrição, consulta e pedido de reapreciação da mesma

FINANCEIRO

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[ESMA e EBA colocam em Consulta Pública as Linhas de Orientação no Tratamento de Reclamações](#)

[ESMA Regista as Entidades DDRL, KDPW, Regis-TR e UnaVista como Repositórios de Transacções \(EMIR\)](#)

ISP - INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

[Norma Regulamentar n.º 6/2013-R, de 24 de Outubro](#)

Taxas e contribuições incidentes sobre a actividade seguradora e dos fundos de pensões

[Norma Regulamentar n.º 7/2013-R, de 24 de Outubro](#)

Altera a regulamentação do registo central de contratos de seguro de vida, de acidentes pessoais e de operações de capitalização

[Anexo I em formato PDF](#)

[Anexo II em formato PDF](#)

[Anexo III em formato PDF](#)

[Anexo IV em formato PDF](#)

FISCAL

[Acórdão n.º 622/2013. D.R. n.º 215, Série II de 2013-11-06](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma do artigo 15.º, n.º I, alínea j), do Decreto-Lei n.º 13/71, de 23 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 25/2004, de 24 de Janeiro (taxas a pagar por cada autorização ou licença pela implantação de tabuletas ou objectos de publicidade)

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Ofício-circulado n.º 20168/2013 - 17/11 - Efeitos decorrentes do acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 06-11-2011, proferido no processo C - 493/09](#)

INVESTIMENTO

[Decreto-Lei n.º 154/2013. D.R. n.º 214, Série I de 2013-11-05](#)

Ministério da Economia

Institui o sistema de acompanhamento de projectos de investimento, e procede à criação do Conselho Interministerial para o Investimento e da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor

JOGOS SOCIAIS

[Portaria n.º 330/2013. D.R. n.º 216, Série I de 2013-11-07](#)

Ministério da Administração Interna

Fixa as normas regulamentares necessárias à repartição dos resultados líquidos da exploração dos jogos sociais atribuídos ao Ministério da Administração Interna (MAI)

[Portaria n.º 331/2013. D.R. n.º 216, Série I de 2013-11-07](#)

Ministério da Saúde

Fixa as normas regulamentares necessárias à repartição dos resultados líquidos de exploração dos jogos sociais atribuídos ao Ministério da Saúde

PENAL

[Despacho n.º 14115/2013. D.R. n.º 213, Série II de 2013-11-04](#)

Ministério Público - Procuradoria-Geral da República

Atribuição de competência ao DCIAP para iniciar, exercer e dirigir a acção penal relativamente a crimes sexuais praticados contra menores com recurso aos meios informáticos ou divulgados através destes, cuja notícia de crime seja adquirida através de comunicações providas de outro Estado e organizações internacionais

[Newsletter PLMJ sobre Julgamentos em Processo Sumário](#)

SAÚDE

[Declaração de Rectificação n.º 47/2013. D.R. n.º 213, Série I de 2013-11-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Rectifica o [Decreto-Lei n.º 128/2013](#), de 5 de Setembro, do Ministério da Saúde, que procede à oitava alteração ao [Decreto-Lei n.º 176/2006](#), de 30 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos medicamentos de uso humano, à quarta alteração ao [Decreto-Lei n.º 307/2007](#), de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico das farmácias de oficina, e à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 20/2013](#), de 14 de Fevereiro, transpondo as Directivas n.ºs [2009/35/CE](#), de 23 de Abril de 2009, [2011/62/UE](#), de 8 de Junho de 2011, e [2012/26/UE](#), de 25 de Outubro de 2012, publicado no Diário da República n.º 171, 1.ª série, de 5 de Setembro de 2013

[Despacho n.º 14181-A/2013. D.R. n.º 213, 2.º Suplemento, Série II de 2013-11-04](#)

Ministérios das Finanças e da Saúde - Gabinetes da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde

Determina o aumento do capital estatutário das entidades públicas empresariais, realizado através da entrega do número de unidades de participação, detidas pelo Estado no Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde

TRABALHO E EMPREGO

[Lei n.º 76/2013. D.R. n.º 216, Série I de 2013-11-07](#)

Assembleia da República

Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objecto dessa renovação

[Newsletter PLMJ sobre o Novo Regime de Renovação Extraordinária de Contratos a Termo Certo](#)

TMT

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-B/2013. D.R. n.º 217, Suplemento, Série I de 2013-11-08](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina a adjudicação à PT Comunicações, S.A., do serviço universal de disponibilização de uma lista telefónica completa e de um serviço completo de informações de listas

RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Declaração de Rectificação n.º 50/2013. D.R. n.º 217, Série I de 2013-11-08](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Rectifica o [Decreto Legislativo Regional n.º 16/2013/A](#), de 14 de Outubro, da Região Autónoma dos Açores, que regula a organização do trabalho médico suplementar ou extraordinário nos serviços de urgência, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 198, de 14 de Outubro de 2013

RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 645/2013. D.R. n.º 215, Série I de 2013-11-06](#)

Tribunal Constitucional

Não conhece do pedido de declaração de inconstitucionalidade de qualquer uma das normas regimentais impugnadas; não conhece do pedido de declaração de ilegalidade de várias normas do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira; declara a ilegalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes dos artigos 164.º, 164.º-A, 164.º-B, 164.º-C, 164.º-D e 164.º-E, todos do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, na parte em que determinam que a discussão e votação na generalidade dos projectos ou propostas de Resolução se efectua no seio das comissões especializadas e não no Plenário

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ACTOS LEGISLATIVOS

Aviação Civil

Regulamento de Execução (UE) n.º 1116/2013 da Comissão, de 6 de Novembro de 2013, que altera o Regulamento (UE) n.º 185/2010 no respeitante à [clarificação, harmonização e simplificação de determinadas medidas específicas no domínio da segurança da aviação](#)

Controlo de Fronteiras

Regulamento (UE) n.º 1051/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Outubro de 2013, que altera o Regulamento (CE) n.º 562/2006 para [estabelecer regras comuns sobre a reintrodução temporária do controlo nas fronteiras internas em circunstâncias excepcionais](#)

Regulamento (UE) n.º 1052/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Outubro de 2013, que cria o [Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras \(Eurosur\)](#)

Direito Penal

Diretiva 2013/48/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Outubro de 2013, relativa ao [direito de acesso a um advogado em processo penal e nos processos de execução de mandados de detenção europeus, e ao direito de informar um terceiro aquando da privação de liberdade e de comunicar, numa situação de privação de liberdade, com terceiros e com as autoridades consulares](#)

Financeiro

Diretiva 2013/50/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Outubro de 2013, que altera a Diretiva 2004/109/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à harmonização dos [requisitos de transparência no que se refere às informações respeitantes aos emitentes cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação num mercado regulamentado](#), a Diretiva 2003/71/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao prospecto a publicar em caso de oferta pública de valores mobiliários ou da sua admissão à negociação e a Diretiva 2007/14/CE da Comissão que estabelece as normas de execução de determinadas disposições da Diretiva 2004/109/CE

Saúde Pública

Decisão n.o 1082/2013/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Outubro de 2013, relativa às [ameaças sanitárias transfronteiriças graves](#) e que revoga a Decisão n.o 2119/98/CE

ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

Fronteiras

Regulamento (UE) n.o 1053/2013 do Conselho, de 7 de Outubro de 2013, que cria um [mecanismo de avaliação e de monitorização para verificar a aplicação do acervo de Schengen](#) e que revoga a Decisão do Comité Executivo de 16 de Setembro de 1998, relativa à criação de uma comissão permanente de avaliação e de aplicação de Schengen

Financeiro

Regulamento (UE) n.o 1071/2013 do Banco Central Europeu, de 24 de Setembro de 2013, relativo ao [balanço do sector das instituições financeiras monetárias](#) (reformulação) (BCE/2013/33)

Regulamento (UE) n.o 1072/2013 do Banco Central Europeu, de 24 de Setembro de 2013, relativo às [estatísticas das taxas de juro praticadas pelas instituições financeiras](#) (reformulação) (BCE/2013/34)

Regulamento (EU) n.o 1073/2013 do Banco Central Europeu, de 18 de Outubro de 2013, relativo às [estatísticas de activos e passivos de fundos de investimento](#) (reformulação) (BCE/2013/38)

Regulamento (UE) n.o 1074/2013 do Banco Central Europeu, de 18 de Outubro de 2013, relativo aos [requisitos de informação estatística aplicáveis às instituições de giro postal que recebem depósitos do sector não monetário residente na área do euro](#) (BCE/2013/39)

Regulamento (UE) n.o 1075/2013 do Banco Central Europeu, de 18 de Outubro de 2013, relativo às [estatísticas dos activos e passivos das sociedades de titularização envolvidas em operações de titularização](#) (reformulação) (BCE/2013/40)

COMISSÃO EUROPEIA

[Previsões económicas da UE: recuperação gradual, riscos externos](#)

A economia europeia voltou a crescer no segundo trimestre do ano em curso. Nos últimos meses, registaram-se sinais encorajadores que apontam para a continuação da recuperação económica

CONSULTAS PÚBLICAS

Concorrência:

[Projecto de orientações relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas de carácter não financeiro em dificuldade](#), de 05.11.2013 – 31.12.2013

Semana 29 de Outubro a 4 de Novembro 2013

PLMJ

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

FUNDAÇÃO
PLMJ
Luís Espinheira
Diretor
Obra da Coleção
da Fundação PLMJ

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020, elaborada após auscultação dos parceiros sociais, forças políticas e de entidades de referência dos diversos sectores da economia, que se propõe contribuir decisivamente para relançar o País numa trajectória de crescimento sustentável da economia e do emprego, assente no aumento das exportações, na captação de investimento, na estabilização do consumo privado e na qualificação do capital humano.
- Regime jurídico das incompatibilidades dos membros das comissões, grupos de trabalho, júris de procedimentos pré-contratuais e consultores no âmbito dos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde, bem como dos serviços e organismos do Ministério da Saúde.
- Resolução que determina a adjudicação da prestação do serviço universal de disponibilização de lista telefónica completa e do serviço completo de informações de listas à PT Comunicações, S.A., pelo período de doze meses.

(...)

ESTRATÉGIA DE FOMENTO INDUSTRIAL PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO 2014-2020

[Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020](#)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.



"Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano"
Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012



"Sociedade de Advogados Ibérica do Ano"
The Lawyer European Awards, 2012



"25ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa"
Financial Times – Innovative Lawyers Awards, 2011-2013

